

Donato propõe pacto nacional agora

Villas-Bôas Corrêa

O acerto de nossa dívida externa provocou uma sensação nacional de desafogo.

Estamos vivendo um momento de trégua. Mas ela é de curta duração, não vai além dos primeiros meses de 84, ao final do primeiro semestre, quando teremos que renegociar, e em posição mais favorável, as condições para o fechamento das contas de 84, compatibilizando-as com o encerramento dos exercícios futuros.

O breve instante de trégua precisa ser aproveitado para a negociação do grande pacto nacional que o País anseia estruturado num programa consensual e com a indispensável solução conciliatória para a sucessão presidencial — esta precisa colocação, na sua esquematização mais sucinta, resume a posição defendida pelo empresário Arthur João Donato, presidente — e no exercício do segundo mandato da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro — FIERJ.

No seu sóbrio gabinete do 9º andar da Avenida Calógeras, 15, no Centro do Rio, Donato conversa com voz pausada mas com a fluência e a correção que madrugeram no orador veemente dos embates acadêmicos, na velha Faculdade Nacional de Direito da Rua Moncorvo Filho. A tradição empresarial da família desviou a vocação do advogado, com forte inclinação para a militância política. Mas Donato reencontra a vertente, quando sustenta soluções políticas em nome da Federação que preside e como uma imperiosa necessidade de participação da classe no debate nacional que ora se alarga, às vésperas de decisões fundamentais para a opção do futuro.

— A solução da crise econômica — volta a sustentar Donato, num pronunciamento de maior abrangência — passa necessariamente pelo leito da solução política.

Não vê outro caminho:

— Dispomos de tempo muito limitado para ser utilizado com inteligência na articulação da solução de consenso que permita a estruturação das instituições políticas. Se não soubermos aproveitar a pausa, jogaremos fora uma oportunidade irrecuperável. Num clima de paixão e emocionalismo será muito mais difícil, talvez impossível, cimentar um acordo nacional.

— A solução necessariamente consensual não pode ser confundida com unanimidade — continua Donato.

— Mas qualquer surto de radicalismo pode levar a um retrocesso, indesejável e de graves consequências.

Reconhece e declara que a solução natural, que mais se afina com o sentimento nacional, com amplo apoio da opinião pública, seria a adoção de eleições presidenciais diretas para a sucessão de 85. Mas, não descarta a eleição indireta como um instrumento de viabilização do entendimento nacional, que é a sua maior preocupação:

— A eleição indireta pode ser utilizada como um instrumento, embora reconhecidamente defeituoso, para o encaminhamento da solução nacional de consenso.

Detalha a sugestão:

— Caberia ao Presidente João Figueiredo tomar a iniciativa de propor medidas institucionais capazes de compor um pouco melhor a estrutura constitucional do País.

Sustenta, portanto, que ao Presidente Figueiredo deve caber a liderança do processo de negociação dentro dos curtos prazos que precisam ser aproveitados:

— A solução só poderá ser de largo compromisso nacional. E algumas de suas preliminares parecem evidentes, como a flagrante inviabilidade de novo mandato presidencial de seis anos. Mas o Governo necessita decidir



Artur João Donato, presidente da FIERJ

agora e assumir a iniciativa e com o respaldo do seu Partido.

O debate, na sua opinião, não deve confinar-se a poucos temas mas ampliar-se de forma a examinar todas as alternativas: voto distrital, parlamentarismo, reforma constitucional ou convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

De um ponto-de-vista pessoal, Donato prefere a reforma constitucional. Explica por que:

— A reforma constitucional é mais rápida e poderia ser concluída ainda no Governo do Presidente João Figueiredo, como a consolidação do processo de abertura. O Presidente Figueiredo liderou a anistia e conseguiu aprová-la sem o voto da Oposição. Agora necessita do voto da oposicionista para a aprovação de emendas à Constituição pelo quorum de dois terços. A convo-

cação da Assembléia Constituinte seria iniciativa do próximo Governo e isto mesmo se, através da reforma, não chegarmos a uma solução satisfatória. Ela pode tornar-se desnecessária. Mas é mais demorada, mais difícil. E convém considerar que o atual Congresso não recebeu das urnas poderes constituintes mas o de emendar a Constituição.

Donato contorna a provocação e prefere não nomear o seu candidato preferencial para o mandato transacional de consolidação democrática. Escapole, confessando-se parlamentarista, em convicção pousada em 40 anos de conversão.

Quando a conversa deriva para a análise da crise econômica, Donato recua para velhas lembranças. Menino, aluno de escola primária, sofria com as comparações da moda do desenvolvimento do Brasil com o da Argentina e que sempre concluíam pela nossa posição desfavorável.

— Éramos possivelmente um povo mais cordial, mais feliz, sem grandes problemas. Mas o país tinha outra dimensão econômica, na dependência da política do café. No mercado internacional, barganhávamos café. A criação da mentalidade industrial explodiu no Governo de Juscelino Kubitschek e inverte a tendência conservadora da classe empresarial. Ora, Juscelino impôs uma definição política, estabelecendo o seu programa de metas e vendendo ao país os "50 anos em 5", injetando otimismo, confiança. Hoje estamos precisando de uma visão otimista para acabar com o desânimo de três anos de recessão.

Defende a necessidade do fortalecimento do corpo de negociadores internacionais, com uma maior presença do Itamarati:

— Acredito que estamos necessitando utilizar uma equipe de negociadores mais numerosa e variada. Não podemos dispensar a competência comprovada do Itamarati.

A análise da crise força a novos recuos no tempo:

— Fomos todos — o Governo e a sociedade — dominados por sensações de euforia que não nos deixou enxergar a crise que já se anunciarava no mundo. Isolamo-nos na ilha de felicidade, caímos num estado de espírito que nos fez perder a sensibilidade para absorver as advertências de fora. Nem após o choque do petróleo de setembro de 1973 abrimos os olhos. Ao contrário, ridicularizávamos o europeu que andava de bicicleta e de charrete, economizando petróleo. Desdenhávamos os sinais de sabedoria dos que estavam aprendendo a conviver com a crise.

Queimamos petróleo e, portanto, queimamos divisas.

Donato aponta outras distorções:

— Não tivemos, também, capacidade de gerenciamento de programas caríssimos e que exigiam investimentos fabulosos em dólares que não tínhamos. Basta citar os exemplos da Ferro-

via do Aço, de Itaipu, do programa de energia nuclear, da Açominas.

Não começamos um programa de economia de petróleo na hora própria e nem reformulamos projetos sonhados em tempos de fartura ou de ilusão. A crise nos pegou inteiramente desprevenidos.

Por isto — lembra — não pudemos repetir o provável gesto da Argentina de declaração de moratória. A Argentina não tem apenas um Presidente eleito pelo voto popular, com todas as condições de legitimidade e apoio. Mas tem petróleo e carne, isto é, transporte e comida.

— Estamos com alguém que, sem níquel no bolso, precisa até do transporte fiado para deslocar-se aos locais de trabalho.

Assinala ainda as dificuldades da indústria brasileira:

— Nosso parque industrial não alcançou a completa nacionalização. Às vezes não compensa instalar uma fábrica para produzir um pequeno elemento que sequer é economicamente significativo. Estamos com sérias dificuldades de divisas para a importação de peças e material. Assim prejudicamos a produção de grandes indústrias pela falta de peças ou produtos que são essenciais e que custam muito pouco.

Mas não é apenas por este aspecto que Donato preconiza maior presença do empresariado no debate nacional:

— Os empresários ficaram ausentes, por muito tempo, da negociação política. Na década de 70, a economia atravessou uma fase de prosperidade. Era fácil o sucesso. Perdemos espaço que agora precisamos recuperar. Não defendi a participação na política partidária mas uma presença nacional no debate dos problemas do País.

Villas-Bôas Corrêa é reporter político do JORNAL DO BRASIL